

TRAGÉDIA NO SUL

Pressa no Parlamento para liberar recursos

Senado aprova projeto que decreta estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro. Assim, governo adquire maior flexibilidade fiscal

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

O plenário do Senado aprovou, ontem, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 236/2024, que decreta estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro deste ano. A medida, pensada pelo governo para dar uma resposta ágil ao desastre natural que atinge o estado, foi aprovada por votação simbólica.

Logo após a aprovação, o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promulgou o projeto. O decreto legislativo foi apresentado na tarde de segunda-feira, aprovado à noite do mesmo dia na Câmara dos Deputados, e passou a vigorar ontem. “Quero cumprimentar a agilidade da Câmara. Nós, igualmente, aprovamos. É um primeiro passo muito importante de ajuda ao Rio Grande do Sul”, declarou o senador, após a sessão do Senado.

No Senado, o projeto foi relatado pelo gaúcho Paulo Paim (PT). “Creio não haver dúvidas sobre a gravidade do que o Rio Grande do Sul enfrenta no momento. À medida que os trabalhos de resgate evoluem, não é exagerado dizer que esta tragédia gaúcha pode ser considerada como o Katrina brasileiro”, comparou o senador.

O decreto permite que o governo realize gastos, fora do arcabouço fiscal, com medidas para recuperar o RS após o fim das enchentes, que já causaram pelo menos 95 mortes e afetaram cerca de 1,4 milhão de pessoas. Assim, a União fica autorizada a não computar na meta fiscal, exclusivamente, as despesas deste crédito extraordinário e as renúncias fiscais necessárias ao enfrentamento dessa calamidade pública e de suas consequências sociais e econômicas.

A mobilização das Casas Legislativas para apoiar os gaúchos continua ao longo da semana. Amanhã, a sessão conjunta do Congresso Nacional deve, além de analisar os vetos presidenciais, ser destinada à deliberação do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 4/2024, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) de 2024 para priorizar o pagamento de emendas da bancada de parlamentares do RS. O PLN estava pautado, ontem,

Waldemir Barreto/Agência Senado



Os senadores Paulo Paim (D) e Hamilton Mourão comandam a comissão de assistência ao RS: urgência



Creio não haver dúvidas sobre a gravidade do que o Rio Grande do Sul enfrenta no momento. Não é exagerado dizer que esta tragédia gaúcha pode ser considerada como o Katrina brasileiro”

Paulo Paim (PT-RS), senador

na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas não foi votado por falta de acordo acerca de uma das emendas do projeto. A expectativa é de que a matéria seja aprovada pelo colegiado antes da sessão do Congresso e, assim, deputados e senadores possam deliberar sobre o texto amanhã a partir das 10h.

Ao todo, o PLN 4 recebeu oito emendas, e uma delas faz referência específica às emendas individuais relativas à transferência especial. Nessa modalidade, a verba é destinada diretamente às prefeituras, sem necessidade de convênios.

Diante da emergência no Rio Grande do Sul, a ideia, com a aprovação desse projeto, é de que o recurso seja enviado para municípios em situação de calamidade reconhecida pelo governo federal ou em situação de

emergência em saúde pública.

Bancadas reunidas

Ontem, a Comissão Externa do Senado, dedicada à concentração dos trabalhos de assistência ao Rio Grande do Sul foi instalada. O senador Paulo Paim (PT) foi eleito presidente, e os senadores Ireneu Orth (PP) e Hamilton Mourão (Republicanos) ocuparão os cargos de vice-presidente e relator do colegiado, respectivamente.

“A intenção é olhar para o Rio Grande do Sul com uma visão humanitária e, neste primeiro momento, salvar vidas. Os mortos já ultrapassaram a marca de 90 e as preocupações aumentam cada dia mais. São milhares de casas que foram destruídas, muitas crianças que perderam os pais e pais que

perderam os filhos, a situação é como se fosse um filme de guerra, quase que um fim de mundo”, lamentou o presidente da comissão após reunião da bancada gaúcha do Senado com Pacheco.

A comissão foi criada pelo presidente da Casa Alta, para centralizar os pedidos de projetos de lei e emendas constitucionais de interesse do RS após as enchentes. Outros oito senadores irão compor o colegiado que vai apresentar, hoje, o plano de trabalho.

Ainda na tarde de ontem, a bancada gaúcha da Câmara se reuniu com o presidente Arthur Lira (PP-AL) para, também, discutir ações de enfrentamento à calamidade vivida pela população do RS após os estragos causados pelas enchentes.

“O que mais o Rio Grande do Sul precisa neste momento é de segurança e água. Doações de água de todo Brasil são bem-vindas e policiais que possam ser enviados para o RS”, pediu o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS). “O pedido de socorro do Rio Grande do Sul é segurança. Nós vamos ter o caos dentro do caos se não tivermos reforço na segurança”, reforçou o deputado Pompeo de Matto (PDT-RS).

“Tenho absoluta certeza de que fazer a COP na floresta será a mais importante rodada de conferência desde o Acordo de Paris, que completa 10 anos”, afirma Barbalho, que acredita na mobilização da sociedade, sobretudo indígenas e quilombolas, para restabelecer a centralidade da questão das florestas na discussão sobre o clima. Hoje, o eixo de debate, inclusive no Congresso, é a transição energética. “Precisamos preservar 75% do nosso território hoje ocupado por florestas, isso exige uma nova economia, que garanta a sobrevivência de seus ocupantes”, argumenta.

Educação

No Senado, a Comissão de Educação e Cultura aprovou uma proposta para que as emendas do colegiado sejam destinadas exclusivamente ao Rio Grande do Sul. “Proponho que façamos uma pequena alteração. Precisamos direcionar esses recursos especificamente para o estado do Rio Grande do Sul, de forma a agilizar na recuperação e reconstrução”, pontuou o senador Flávio Arns (PSB-PR), autor da proposta e presidente do colegiado.

O parlamentar acrescentou que a comissão pedirá à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) informações sobre como estão as condições das escolas no estado, após as fortes chuvas e inundações. (AB e AM)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Despesas com a COP em Belém deixam Lula numa saia-justa

Ao mesmo tempo em que negocia com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), um pacote de ajuda aos gaúchos flagelados pela chuva, que inclui a suspensão do pagamento das dívidas do Rio Grande do Sul, cujos serviços custam cerca de R\$ 3,5 bilhões ao ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou um investimento da Itaipu Binacional, a fundo perdido, para obras de infraestrutura de Belém da ordem de R\$ 1,3 bilhão. A capital do Pará sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP 30, em 2025.

Esses recursos de Itaipu sempre foram destinados ao Paraná e ao Mato Grosso do Sul, porém, desde março, vinham sendo negociados entre o diretor-geral brasileiro da empresa, Enio Verri, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), e o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSOL), para reforçar o pacote de investimentos na infraestrutura da cidade. Belém deve receber cerca de 50 mil pessoas durante a COP-30, a primeira a se realizar em plena Amazônia.

Os projetos a serem executados já estão contratados. Um dos convênios, com o governo do estado, destina-se ao aprimoramento de infraestrutura viária e implantação do Parque Linear Doça, na Avenida Visconde de Souza Franco, no centro de Belém; à execução de 50 km de rede coletora de esgoto, 4,8 mil ligações de esgoto; à pavimentação de vias de acesso à COP 30, implantação de vias marginais do Canal Água Cristal e equipamentos de controle de tráfego, entre outras. Tal investimento passa de R\$ 1 bilhão.

O segundo convênio, no valor de R\$ 323,5 milhões, será assinado pela Itaipu e a Prefeitura de Belém, para implantação do Parque Urbano Igarapé São Joaquim, incluindo projetos de arquitetura, paisagismo, rede esgoto, abastecimento, iluminação pública, pavimentação e sinalização viária. O mesmo acordo prevê a reforma e revitalização do Complexo Ver-o-Peso, símbolo da capital paraense, que abriga um dos mercados mais antigos do Brasil, e a restauração do Mercado Municipal de São Brás, construção histórica localizada no centro da cidade.

O terceiro convênio, no valor de R\$ 41,8 milhões, destina-se ao Parque Tecnológico Itaipu (PTI), à Prefeitura de Belém e à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), para o desenvolvimento de metodologia de gestão de resíduos sólidos, ações de educação ambiental e de inovação em biotecnologia.

Dever de casa

Segundo o governador Helder Barbalho, a realização desses investimentos é fundamental para o sucesso da COP, que receberá um total de R\$ 4 bilhões em obras, a maior parte financiada pelo BNDES e a serem pagas pelo governo do estado. Entretanto, Belém sofre um ataque especulativo. É péssima avaliação do prefeito Edmilson Rodrigues, que concorre à reeleição, em razão do desgaste provocado pelo colapso do sistema de coleta de resíduos sólidos na capital.

Surgiram especulações de que a cidade não teria condições de receber a COP-30 e propostas no sentido de compartilhar o evento com o Rio de Janeiro e São Paulo, que teriam uma infraestrutura pronta, passaram a ser ventiladas. Barbalho garante que esse problema será superado com a nova concessão do serviço de limpeza pública, e que todas as metas para realização do evento serão alcançadas no prazo previsto. O arranjo institucional para execução das obras está completo. Os problemas mais críticos são a dragagem das Docas, para atracação dos navios de cruzeiro, que serão utilizados como hotéis pelas delegações estrangeiras, e o reforço da rede de hotéis da cidade e construção de novos alojamentos de arvoredo com as exigências da ONU.

“Tenho absoluta certeza de que fazer a COP na floresta será a mais importante rodada de conferência desde o Acordo de Paris, que completa 10 anos”, afirma Barbalho, que acredita na mobilização da sociedade, sobretudo indígenas e quilombolas, para restabelecer a centralidade da questão das florestas na discussão sobre o clima. Hoje, o eixo de debate, inclusive no Congresso, é a transição energética. “Precisamos preservar 75% do nosso território hoje ocupado por florestas, isso exige uma nova economia, que garanta a sobrevivência de seus ocupantes”, argumenta.

Questionado sobre os investimentos de Itaipu num momento em que o Rio Grande do Sul vive sua maior tragédia, Barbalho argumenta que é um erro não levar em conta que o desastre ambiental no Sul também é consequência das alterações climáticas, cuja contenção depende muito da sustentabilidade da Amazônia. E que “o problema não é falta de recursos no Orçamento da União, é a forma como estão sendo pulverizados pelas ementas parlamentares”. Essas emendas somam R\$ 53 bilhões.

A consumação do acordo com Itaipu é polêmica, diante da destruição das cidades, da infraestrutura e das lavouras gaúchas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está numa saia justa, apesar de todo o empenho do governo federal para ajudar o Rio Grande do Sul. Ontem, Lula anunciou que suspenderá o pagamento da dívida do estado com a União, cuja rolagem custa R\$ 3,5 bilhões por ano, e convidou o governador Eduardo Leite para discutir a reestruturação da dívida total, que chega a R\$ 90 bilhões. Rolagem da dívida, porém, não é investimento direto da União na reconstrução do estado.

Frente pede renegociação de dívida

Um dos blocos mais articulados do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), discutir ontem ações voltadas ao Rio Grande do Sul. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), as enchentes já provocaram prejuízo de R\$ 423,8 milhões. Esses números correspondem a 25 dos 336 municípios que decretaram estado de calamidade pública.

“A Frente Parlamentar da Agropecuária atuou de forma organizada para buscar recursos imediatos junto ao setor agropecuário para garantir o acolhimento das famílias desabrigadas e enviar água, colchões, alimentos não perecíveis, veículos para resgate e recursos financeiros que ajudem no abrigo de milhares de pessoas atingidas pela tragédia”, informou a presidência da FPA, por meio de nota.

Entre as medidas, a Frente busca mudanças no seguro rural e condições especiais para o pagamento de dívidas. O setor reivindicava, entre outros pontos, a prorrogação automática e imediata, por 12 meses, de todos os financiamentos do crédito rural. “A primeira medida que deve ser feita em toda a região que foi atingida é o adiamento do pagamento por no mínimo 12 meses de todas as

Waldemir Barreto/Agência Senado



Irineu Orth (PP-RS): moratória de até 10 anos para produtores gaúchos

questões que têm que ser pagas, incluindo impostos, para que nesse período se estude uma maneira de fazer uma moratória de até 10 anos, para recompor essa estrutura de produção de alimentos do Rio Grande do Sul tem, “ disse o senador Irineu Orth (PP-RS).

Além disso, os integrantes da FPA debateram sobre a edição de uma medida provisória, proposta por Orth, para garantir um prazo de 15 anos, incluindo três de carência, para o pagamento de dívidas de custeio, investimentos e

renegociações. Os parlamentares ressaltaram que esse período é necessário para a completa recuperação da estrutura agropecuária prejudicada pelas chuvas.

“A situação no Rio Grande do Sul é muito grave e exigirá intervenção imediata do governo federal. Precisamos estancar a crise, resgatar as pessoas ilhadas e iniciar a reconstrução das áreas afetadas. O governo deve liberar recursos sem hesitação, como fez durante a pandemia, para resolver o problema. A reconstrução